

## **REQUERIMENTO N° 64, DE 2015 – CI**

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das políticas do Governo Federal que provocaram prejuízos bilionários para as empresas geradoras de energia e ao sistema elétrico brasileiro. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- **Carlos Eduardo de Souza Braga**, Ministro de Minas e Energia
- **José da Costa Carvalho Neto**, Presidente da Eletrobrás
- **Tito Cardoso de Oliveira Neto**, Diretor-Presidente da Eletronorte
- **Flavio Decat de Moura**, Diretor-Presidente de Furnas
- **José Carlos de Miranda Farias**, Diretor-Presidente da CHESF

## **JUSTIFICATIVA**

De acordo com reportagem do Jornal Folha de São Paulo, do dia 30 de setembro de 2015, as estatais federais responsabilizam políticas do Governo Federal pelo prejuízo de R\$ 20 bilhões que as usinas hidroelétricas estão arcando, pela crise do sistema de energia. Dentre as críticas, consta que medidas indispensáveis deixaram de ser tomadas pelo Executivo no ano de 2014 devido ao período eleitoral.

De acordo com o Jornal, a argumentação consta de documentos encaminhados à Aneel para apresentar sugestões na discussão sobre quem vai pagar a conta pelo prejuízo das empresas quando elas são impedidas de gerar energia para poupar água.

A Eletrobras, principal estatal do setor, informou que o problema atual das geradoras não se "deve meramente a condições hidrológicas adversas", mas, sim, a decisões dos gestores do sistema — agentes do governo. As críticas foram seguidas por Furnas, Eletronorte e outras estatais geradoras de energia.

A Eletronorte diz que o governo não tomou medidas necessárias em 2014 por ser período eleitoral: "(...) a despeito da situação excepcional de crise hidrológica por que passa o país, especialmente no ano de 2014 (em pleno período eleitoral), não foram implementadas, pelo governo, as medidas extraordinárias indispensáveis à manutenção do equilíbrio financeiro do contrato celebrado entre as partes."

Furnas aponta que há "grande desequilíbrio estrutural no setor", que atinge todos os agentes e produz "efeitos nefastos". A empresa diz que problemas vieram também da falta de leilões de energia e de decisões do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Furnas destaca que, em diversas semanas entre 2014 e 2015, houve alerta para a necessidade de corte de carga (racionamento), mas o ONS não o fez.

Pelos graves fatos aqui noticiados, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 30 de setembro de 2015.

Senador **Ricardo Ferraço**